



Motricidade

ISSN: 1646-107X

motricidade.hmf@gmail.com

Desafio Singular - Unipessoal, Lda
Portugal

Arantes, A.; Martins, F.; Sarmento, P.
Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução histórica
Motricidade, vol. 8, núm. Supl. 2, 2012, pp. 916-924
Desafio Singular - Unipessoal, Lda
Vila Real, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273023568116>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução histórica

Brazilian School Games: Historical reconstruction

A. Arantes, F. Martins, P. Sarmento

ARTIGO ORIGINAL | ORIGINAL ARTICLE

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar a natureza dos Jogos Escolares Brasileiros à luz das informações colhidas mediante reconstituição de sua história. Neste estudo, optou-se pela análise documental dos Boletins dos jogos entre os anos 1969 e 2010. Com base nos dados colhidos verificou-se possibilidade de obter informações em duas diferentes frentes: a primeira relacionada às questões estratégicas e a segunda a questões operacionais. Os 41 anos de jogos foram divididos em quatro fases. Durante todo este período os jogos tiveram como principal fonte de financiamento os recursos federais. Quanto a sua organização, nas duas primeiras fases o órgão homólogo ao atual Ministério do Esporte foi o principal responsável. Na terceira fase, esta função foi compartilhada com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), tendo este último assumido o protagonismo na organização do evento na quarta fase. Todas as fases compartilharam o escopo da formação integral do aluno e o desenvolvimento do esporte na escola. Com exceção da segunda fase, as demais fomentaram a descoberta de talentos esportivos. Observou-se, ainda, que o crescente envolvimento da escola no processo e a fonte de financiamento de formato sustentável na quarta fase, possibilitaram uma maior participação dos alunos nos Jogos Escolares Brasileiros.

Palavras-chave: jogos escolares brasileiros, esporte escolar, base esportiva, adolescentes, reconstrução histórica

ABSTRACT

This research was intended to identify the nature of the Brazilian School Games in light of information obtained through reconstitution of its history. A documental analysis of Bulletins from matches between 1969 and 2010 was made. Based on the data collected information was available on two different fronts: one related to strategic issues and another on operational matters. The 41 years of games were divided into four phases; throughout this period all games were sponsored primarily by federal funding resources. During the first two phases the government body equivalent to the current Ministry of Sports was the chief culprit regarding its organization. In the third phase, this function was shared with the Brazilian Olympic Committee, which assumed the leading role in organizing the event in the fourth phase. All phases shared the scope of ensuring the whole formation of the student and the development of sports at schools. Except for the second phase, all phases encouraged the discovery of talented athletes. Furthermore, the school's increasing involvement in the process and the sustainable source of financing in the fourth phase fostered a greater participation of students in Brazilian School Games.

Keywords: Brazilian school games, school sports, youth sports development, teenagers, historical reconstruction

Submetido: 01.08.2011 | Aceite: 14.09.2011

André Arantes. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal.

Francisco Martins. Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasil.

Pedro Sarmento. Gabinete de Gestão da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Autor. Local

Endereço para correspondência: André Arantes, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Rua Dr. Plácido Costa, 91,4200-450 Porto, Portugal.

E-mail: andre.arantes13@hotmail.com

No final da década de 60, o MEC resolveu criar uma competição escolar de âmbito nacional com intuito de favorecer a integração nacional e descobrir talentos esportivos. Foram então criados os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) que se tornaram o ponto culminante do desenvolvimento do Esporte Escolar.

Ao longo dos anos, vários eventos escolares como este ocorreram. Percebe-se inclusive uma grande troca de nomes que identificam o evento, entre sua criação em 1969 e 2010.

Neste artigo, usa-se como expressão genérica a designação Jogos Escolares Brasileiros, em caixa alta, para se referir ao conjunto de eventos realizados no período de 1969 e 2010, a saber: Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's), Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's), Campeonatos Escolares Brasileiros (Ceb's), Olimpíada Colegial da Esperança (OCE), Jogos da Juventude (JJ) e a atual Olimpíada Escolar (OE).

Esta visão encontra apoio em Tubino (2010), quando este assinala que depois da destinação de verbas da lei Agnelo Piva – Lei 10.264/01 para ser usado no Esporte Escolar, os antigos Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's), mudaram a denominação para Olimpíadas Escolares. No Atlas do Esporte no Brasil, no capítulo referente aos Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's), escrito por Thompson, Amaral, Garcia e Moraes (2005) é possível perceber esta mesma linha de pensamento. O capítulo condensa os eventos ocorridos entre 1969 e 2010 sob o escopo de Jogos Estudantis Brasileiros. No livro Memórias do Esporte Educacional Brasileiro, Borges e Buonicore (2007) dão um tratamento um pouco diferenciado. Do período acima citado, não foi considerado que os Jogos da Juventude fizessem parte.

O objetivo geral deste artigo é identificar a natureza dos Jogos Escolares Brasileiros, à luz das informações colhidas, em uma abordagem de natureza evolutiva visando a sua reconstituição histórica.

Os objetivos específicos são o levantamento dos elementos estratégicos e dados operacionais que dão identidade ao desenho dos jogos nos diferentes períodos de sua existência.

MÉTODO

Natureza do Estudo

A natureza deste estudo é de reconstrução histórica dos Jogos Escolares Brasileiros, por meio de análise documental, desde seu início em 1969 até o ano de 2010.

Depois de estudada a escassa literatura disponível sobre o tema, pode-se constatar que faltam elementos para uma melhor compreensão destes 41 anos de jogos.

Com intuito de formar um quadro mais completo, que pudesse organizar informações detalhadas no máximo de edições possíveis, passou-se a desenvolver este trabalho de pesquisa.

Instrumentos

Em função das limitações já observadas, decidiu-se procurar as informações faltantes em fontes primárias. Optou-se então pela análise documental dos Boletins dos Jogos Escolares Brasileiros entre os anos 1969 e 2010 publicados pelos diferentes agentes que organizaram os jogos. As informações foram pinçadas após intensa análise documental, quando se procurou preencher uma grelha com as informações essenciais.

Os boletins originais utilizados foram consultados nas bibliotecas do Ministério do Esporte (ME), do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e também no Centro Interescolar de Educação Física (CIEF) em Brasília.

Procedimentos

Com base na série de informações colhidas durante a consulta aos boletins, verificou-se a possibilidade de obtenção de dados em duas diferentes frentes.

A primeira formada por dados diretamente relacionados com a visão estratégica que envolveu o evento. Foram selecionadas então dados referentes a entidade homóloga ao Ministério do Esporte durante o período pesquisado, a entidade ou entidades organizadoras do evento, a identificação da principal fonte financiadora dos jogos e Objetivos e Finalidades. A segunda, por itens de caráter operacional, que se relacio-

nam diretamente com o desenho que os jogos tiveram nas diferentes fases. Neste sentido, aproveitaram-se as seguintes informações constantes nos boletins dos Jogos Escolares Brasileiros: Nomenclatura dos Jogos, Idade dos Atletas, Presença de Atletas Federados, Representatividade nas Etapas Nacionais e também dados a respeito das Modalidades do Programa Esportivo dos Jogos, Estados Participantes e Número de Atletas Escolares.

Análise dos Dados

Na apresentação dos dados relevantes, decidiu-se pela divisão dos 41 anos dos Jogos Escolares Brasileiros em quatro fases, que foram denominados pelo pesquisador na forma que se segue: primeira fase de 1969 a 1984 chamada de "O Início", segunda fase de 1985 a 1989 chamada de "Esporte Educacional", terceira fase de 1990 a 2004 intitulada "Procurando Identidade" e a quarta e última fase de 2005 a 2010 cujo nome dado foi "Encontrando o Rumo".

Esta divisão temporal encontra apoio em Tubino (2010), que propõe cinco períodos do Esporte Educação: Período da Não Existência Formal do Esporte Educação, Período da Ênfase do Esporte de Rendimento no Esporte Educação, Período da Reflexão sobre o Esporte Educação, Período do Obscurantismo no Esporte Educação e Período da Retomada da Reflexão no Esporte Educação.

Na discussão dos dados levantados, procurou-se estabelecer comparação entre as diferentes fases dos Jogos Escolares Brasileiros.

RESULTADOS

Primeira Fase – 1969 a 1984: O Início

Com relação à organização institucional do esporte, observou-se que inicialmente o Esporte e a Educação Física foram conduzidos pela Divisão de Educação Física e Desporto do MEC (DEF/MEC). Posteriormente, este órgão foi sucedido pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC) e mais tarde pela Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED/MEC), como o órgão responsável pelo

Esporte e Educação Física no país. Estes mesmos órgãos foram os principais financiadores e organizadores dos Jogos Escolares Brasileiros entre 1969 e 1984.

Os objetivos e finalidades deste período dos jogos podem ser traduzidos pelo artigo 1 do Regulamento Geral dos Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's) em 1969, que ressalta a importância do intercâmbio social e esportivo, as boas relações entre mestres e alunos, promoção de relação segura entre os estudantes e o poder público além de possibilitar o surgimento dos talentos esportivos.

A nomenclatura dos jogos sofreu algumas alterações durante este período. Entre 1969 e 1975 os jogos se chamaram Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's). De 1976 a 1984 se chamaram Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's). Nos anos de 1978, 1980 e 1982 aconteceram os Campeonatos Escolares Brasileiros (Ceb's), que foram classificatórios para os Jeb's que aconteceram nos anos de 1979, 1981 e 1983.

Com relação às modalidades esportivas, este período foi marcado pelo experimento. Cinco modalidades marcaram presença no início em 1969, quinze em 1974 e o auge deste período foram as dezoito modalidades em uma edição dos jogos em 1981. Algumas modalidades são básicas e aparecem em quase todos os jogos, entre elas: Atletismo, Basquete, Ginástica Olímpica, GRD, Handebol, Judô, Natação, Vôlei e Xadrez. Outras apareceram em pouquíssimas edições, como: Arco e Flecha, Ciclismo, Esgrima, Hipismo, Remo, Tênis e Vela.

Na primeira edição apenas nove Estados estiveram presentes. Na segunda, este número praticamente dobrou, atingiu 15 e já em 1973 foram 26 estados participando do evento.

A primeira edição contou com a participação de 315 atletas escolares. Na terceira edição já foram 1.574 e a edição de 1973 atingiu o impressionante número de 4.400 atletas escolares, porém este número sofreu uma redução gradual nos anos posteriores. A média da participação de atletas escolares por edição neste período foi de 2.595.

Os Jeb's tinham o limite de idade em 18 anos e os CEBs em 17 anos e não houve restrição à participação de atletas federados em nenhuma das edições. A representatividade foi estadual, ou seja, os atletas escolares competiram pelo estado e foram formadas seleções estaduais das modalidades coletivas.

Segunda Fase - 1985 a 1989: Esporte Educacional

A SEED/MEC atua durante este período como a responsável pela área do Esporte e Educação Física no país. Este mesmo órgão foi o principal financiador e organizador dos Jogos Escolares Brasileiros entre 1985 e 1989.

Os objetivos e finalidades deste período podem ser traduzidos pela visão Educacional dos Jogos, que apontou para um Esporte Escolar que deveria se “desvincular definitivamente das competições, que superestimando o confronto entre estudantes e subvertendo o espírito de solidariedade, buscam exclusivamente o rendimento.” (Ministério da Educação, 1989). Estes ideais estavam claramente expressos nos anais da primeira edição desta fase – Jeb's 1985.

Com relação à nomenclatura, não há mudanças neste período. Os Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's) permanecem com o mesmo nome neste curto espaço de tempo.

Com relação às modalidades esportivas, este período mantém as tradicionais (Atletismo, Basquete, Ginástica Olímpica, GRD, Handebol, Judô, Natação, Voleibol e Xadrez) e acrescenta algumas novidades: Atletismo e Natação para Pessoa com Deficiência (PCD) e Capoeira. Oscila entre 13 e 15 o número de modalidades ano.

O número de estados continua no mesmo patamar da fase anterior, em torno de 25 por evento. A novidade fica por conta da participação da Nação Indígena a partir de 1986.

Na edição de 1985, o número de atletas escolares caiu para 1.711, mas já na edição seguinte o número de participantes subiu para 3.241 e posteriormente baixou novamente. A média da participação dos atletas escolares por

edição neste período foi de 2.077.

Nesta fase foi permitida a participação de atletas escolares de até 18 anos e proibida a participação de atletas federados nas primeiras edições – 1985, 1986 e 1987. Em 1988 e 1989 voltou a ser permitida a participação de atletas federados.

A representatividade foi estadual, ou seja, os atletas escolares competiram pelo estado. Foram formadas seleções estaduais das modalidades coletivas.

Terceira Fase - 1990 a 2004: Procurando a Identidade

Com relação a organização institucional do esporte, observa-se a passagem de diferentes organismos no comando do esporte neste período, a saber: Secretaria de Desporto da Presidência da República (SEDES/PR), Secretaria de Desporto do Ministério da Educação (SEDES/MEC), o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP/PR e depois INDESP/MEC), Ministério do Esporte e Turismo (MET) e Ministério do Esporte (ME). Estes órgãos foram responsáveis pela fonte principal de recursos para os jogos neste período, bem como estiveram na organização do evento.

Em 1996, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) participa pela primeira vez da organização dos jogos em parceria com o INDESP e permanece nesta parceria com o poder público até a última edição desta fase em 2004 com o Ministério do Esporte. Em 2003, o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) participa da organização desta edição do evento, em parceria com o COB e o ME.

Os objetivos desta fase podem ser traduzidos pelo Regulamento Geral dos Jogos da Juventude (JJ), das Olimpíadas Colegial Esperança (OCE) e pelo Regulamento dos Jeb's, onde é possível perceber preocupações comuns com a descoberta dos talentos esportivos. Na JJ e OCE em comum a preocupação com a mobilização da juventude e na OCE e Jeb's vê-se a preocupação com o desenvolvimento integral do aluno e com o estímulo e oportunidade acesso ao esporte na escola.

Este período foi marcado por constante troca de nomenclatura. Em 1990 Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's), no ano seguinte Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's), em 1995 Jogos da Juventude, em 2000 Olimpíada Colegial da Esperança e em 2003 voltam a ser Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's).

As modalidades básicas são as mesmas da fase anterior: Atletismo, Basquete, Ginástica Olímpica, GRD, Handebol, Judô, Natação, Voleibol e Xadrez. São acrescentadas outras modalidades que aparecem praticamente em todas as edições neste período, como Futsal e Tênis de Mesa. A Natação e Atletismo para Pessoa com Deficiência – PCD - aparecem em algumas edições. Também são introduzidas novas modalidades que não se tornam frequentes nos jogos, como o Nado Sincronizado e Pólo Aquático. Observa-se uma variação grande no número de modalidades durante este período.

Na maior parte das edições o número de estados participantes esteve em torno de 27.

A partir de 2001, ocorrem mais de uma etapa por edição anual: em 2001 ocorreram três etapas - Olimpíada Colegial da Esperança 12 a 14 anos e 15 a 17 e os Jogos da Juventude até 18 anos; em 2002 ocorreram duas etapas - Olimpíada Colegial da Esperança 12 a 14 anos e os Jogos da Juventude até 18 anos; em 2003 ocorreram duas etapas - Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's) 12 a 14 anos e os Jogos da Juventude até 18 anos e em 2004 ocorreram duas etapas - Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's) 12 a 14 anos e os Jogos da Juventude até 18 anos. A média de atletas escolares por edição foi de 3.437 entre os anos de 1990 e 2004.

A idade variou bastante e não houve restrição à participação de atletas federados neste período. A partir de 2001, foram criadas duas faixas etárias: 12 a 14 anos e 15 a 17 anos.

Até 1998 a representação das delegações foi pelo Estado, mas em 2000, experimentou-se a representação pelas escolas. Até o final deste período, este modelo de representação pela escola - Olimpíada Colegial da Esperança e Jogos Escolares Brasileiros - dividiu espaço com a representação pelo estado - Jogos da Juventude.

Quarta Fase - 2005 a 2010: Encontrando o Rumo

Definiu-se este período como o que vai de 2005 a 2010. O Ministério do Esporte foi o órgão responsável pelo esporte brasileiro durante este período. A Lei Agnelo Piva – Lei 10.264/01 - foi a principal fonte de financiamento dos jogos durante o período de 2005 a 2010. São destinados 10% de recursos desta Lei diretamente ao COB para aplicação preferencial na execução dos jogos escolares. A organização dos Jogos teve como principal responsável o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e contou com o apoio do Ministério do Esporte (ME) para sua realização.

Os objetivos deste período podem ser traduzidos pelo Regulamento Geral da Olimpíada Escolar, onde é possível perceber preocupações com a descoberta dos talentos esportivos, mobilização da juventude escolar, desenvolvimento integral do aluno e o estímulo e oportunidade de acesso ao esporte na escola.

Não houve mudança de nome nesta fase, todos os eventos foram identificados por Olimpíada Escolar.

Esta fase se inicia com as modalidades básicas: Atletismo, Basquete, Futsal, Handebol, Judô, Natação, Voleibol e Xadrez. Em 2006 incorporou o Tênis de Mesa e em 2010 o Ciclismo, a GRD e o Taekondo, oscilando entre 8 e 12 modalidades por etapa do evento.

Em quase todas as edições os 27 estados participaram.

Todas as edições contaram com duas etapas dos jogos: primeira etapa de 12 a 14 anos e a segunda etapa de 15 a 17 anos. A média de atletas escolares por edição foi de 5.328.

Não houve restrição à participação de atletas federados e a representatividade neste período foi por escola, ou seja, a equipe da escola campeã das modalidades coletivas na fase estadual foi a representante na fase nacional.

DISCUSSÃO

Informações estratégicas

É possível perceber um paulatino empoderamento do órgão de comando do Esporte

brasileiro ao longo de 41 anos de Jogos Escolares, expresso pelo crescimento estrutural da organização que levou a criação de um ministério específico para o Esporte.

O poder público sempre foi o principal ente pagador dos jogos nas quatro fases, mas a partir do final da terceira fase (2004), o financiamento passa a acontecer por meio da Lei 10.264/01 e é repassado diretamente ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Esta situação confere uma importância ainda maior à participação do COB na organização dos Jogos Escolares Brasileiros a partir desta data. Segundo Kirk e Gorely (2000), na proposta de modelo inclusivo, o desenvolvimento de uma política integrada é fundamental para o desenvolvimento esportivo. Empoderados, o Ministério do Esporte e o Comitê Olímpico Brasileiro, precisam de um ajustamento mútuo para a melhoria do Esporte Escolar.

A primeira fase dos jogos coincide com a ditadura militar no país e chama a atenção o trecho do Regimento Interno dos Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's) em que se pretende "estabelecer uma reunião segura entre a classe estudantil e o poder público". É a utilização da competição escolar como instrumento político de aproximação do estado ditador a juventude esportiva.

A segunda fase faz um contraponto direto a primeira e apresenta uma visão Educacional dos Jogos, onde conceitos de participação, da cooperação, co-educação, integração e co-responsabilidade são ressaltadas. Este período coincide com a Nova República, que sinaliza o final da ditadura militar nos países. Escolheu-se então, algo que pudesse sinalizar uma ruptura e o objeto escolhido foi a quebra da lógica da descoberta de talentos na escola e da identificação do esporte escolar com o esporte de rendimento. Porém a terceira fase retoma busca pelos talentos. A quarta fase mantém o foco na descoberta de talentos e assimila também a importância do desenvolvimento integral do atleta escolar, fazendo uma fusão das diferentes possibilidades do esporte no contexto da escola.

Informações Operacionais

A nomenclatura dos Jogos Escolares Brasileiros sofreu várias alterações de 1969 a 2010

A primeira alteração ocorreu em 1975, de Jogos Estudantis Brasileiros (Jeb's) para Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's), em função da lei 6.251/75, que trouxe novo significado para o Desporto Estudantil. Já em 1995, com o início dos Jogos da Juventude, fica evidenciada a preocupação em ligar este evento ao olimpismo e a dar visibilidade à participação do COB.

O que se percebe é que o nome do evento procura expressar a razão de ser dos jogos, seus vínculos e também seus objetivos.

Todas as quatro fases dos jogos escolares experimentaram novas modalidades, mas é possível identificar algumas que estiveram presentes em todas, formando o núcleo duro das modalidades dos jogos escolares, são elas: Atletismo, Basquete, GRD, Handebol, Judô, Natação, Voleibol e Xadrez.

É possível perceber que existe uma preocupação em orientar a escolha das modalidades para aquelas que são olímpicas, demonstrando claramente a intenção de preparar os futuros atletas a representarem o país na Olimpíada.

Desde a primeira fase os Jogos Escolares Brasileiros tiveram caráter nacional, pois envolveram praticamente todos os estados. Do ponto de vista da participação, a média de atletas escolares por edição nas quatro fases foi de 3.395 integrantes.

Em 2010, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) identificou o envolvimento de dois milhões de jovens nas fases municipais e estaduais classificatórias para a fase nacional dos jogos.

Levando-se em conta os dados do INEP de 2010, que apontam em vinte milhões o número de estudantes brasileiros na faixa etária de 12 a 17 anos, fica claro o grande desafio que existe, de oferecer oportunidade aos outros dezoito milhões de jovens que ainda não participam das fases classificatórias.

A importância de saber quantos jovens estão ligados ao esporte escolar, reside na informação de que os menos abastados não têm

acesso à prática sistematizada ao esporte e só o terá se esta atividade acontecer pela escola. Como observou Gaya et al. (2002), existe um “índice alarmante de aproximadamente 90 % de crianças de 7 a 14 anos de nível socioeconômico baixo (classes C, D e E) que não tiveram acesso a qualquer prática sistematizada”. O que significa dizer, que este extrato social necessita desta oportunidade pela escola, pois tem acesso a ela e só falta o acesso ao esporte na escola.

Com relação as idade dos jogos, é possível que perceber que a variação ocorreu em função dos objetivos. Quando dos Jogos da Juventude, que se conectavam diretamente com objetivos das confederações, a idade variou em função da necessidade específica de cada entidade. Nesta última fase, as Olimpíadas Escolares, que estão intimamente ligadas a escola, tem na lógica da divisão das idades escolares – ensino fundamental II e médio – a medida para sua opção de faixas etárias.

Esta assimilação de faixas etárias próprias da escola demonstra atitude conectada às necessidades do Esporte Escolar em detrimento ao atendimento a “uma lógica de subordinação às necessidades do esporte federado” – Pires (2001), que foi a lógica dos Jogos da Juventude.

A restrição à participação de atletas federados na segunda fase contribuiu para a queda do nível técnico do evento na segunda fase. É possível notar em Ferreira (1992), que os resultados encontrados entre 1985 e 1987 na modalidade atletismo, são inferiores aos encontrados entre 1980 e 1984. Existe uma curva decrescente na maior parte dos resultados que ocorre entre 1985 e 1987, que é fruto da proibição da participação dos federados no evento.

A proibição da participação de atletas federados nos Jogos Escolares Brasileiros (Jeb's) aponta o conflito de visões sobre o papel do esporte na escola, muito forte nos anos 80. Bracht (2001) relembra que este debate esteve ligado a “desdobramentos no plano social mais geral” já que este foi o período de transição da ditadura militar para a nova república. Aos

poucos, esta dicotomia foi substituída por um pensamento plural.

Sobre a questão do papel da escola, Bento (2006) expressa ponto de vista em que esta “deve visar, sobretudo o desenvolvimento da personalidade do aluno” e que o “desenvolvimento da personalidade está sempre ligado ao rendimento”. Bento (2006) acredita que “o fomento de talentos requer ser visto como elemento constituinte da formação escolar”. É importante observar que esta colocação se estende as outras áreas, como a intelectual, artística, política, ou seja, apesar da escola ainda não estar preparada para dar conta destes desafios, é necessário ter em mente sua importância e contribuir para este desafio.

Marques (2006) faz considerações a respeito da importância de se trabalhar com “perspectivas diferentes e complementares na escola”, pois apenas desta forma estaremos conseguindo o objetivo principal, que é incorporar o aluno para escola e para o esporte. Tani (2004) também ressalta a importância da pluralidade esportiva e seu aspecto complementar

Ou seja, uma perspectiva verdadeiramente inclusiva, deve absorver possibilidades relacionadas a um esporte plural dentro da escola. O espaço escolar deve permitir o esporte a todos e de diferentes formas, segundo interesses e possibilidades.

Tubino (2010) assume um novo conceito, diferente do que tinha proposto nos anos 80 com o Esporte Educacional, para o desenvolvimento do esporte na escola. Propõem um esporte na escola com vertente educacional para todos e o esporte escolar voltado aos que tem talento e desejo de competir.

Perceber se no discurso dos diferentes autores, a importância de conciliar competições escolares – focadas no desempenho esportivo – e a preocupação com a cidadania das crianças. Competição e formação, como complementos e não como ações antagônicas.

A alteração da representatividade do estado para a escola demonstra o interesse dos organizadores do evento em dar visibilidade à escola como unidade básica da prática esportiva esco-

lar. Assim confere identidade ao Esporte Escolar segundo suas necessidades e sem perder o contato com o Desporto Federado que é seu parceiro de jornada, como quer Pires (2001) quando chama atenção para o “...estabelecer relações com o Desporto Federado numa base de igualdade”.

CONCLUSÕES

Nas quatro fases dos Jogos Escolares Brasileiros percebe-se a preocupação com a formação integral do atleta escolar, com o desenvolvimento do esporte na escola e com a descoberta do talento esportivo, à exceção da segunda fase – Esporte Educacional 1985 a 1989 – que não tinha por objetivo a descoberta de talentos.

Quase todas as modalidades nos 41 anos de jogos são Olímpicas e na última década o nome dos jogos escolares veio incorporando a palavra Olimpíada (Olimpíadas Colegiais da Esperança e Olimpíadas Escolares), coincidindo com uma maior atuação do Comitê Olímpico Brasileiro na organização desses eventos.

Do ponto de vista da participação, este evento teve a presença de quase todos estados brasileiros nas quatro fases, o que demonstrou uma grande adesão nacional.

Com relação à organização e os recursos financeiros para o evento, o poder público esteve sempre presente, porém, com o financiamento dos jogos pela Lei Agnelo Piva e o repasse direto dos recursos financeiros para o Comitê Olímpico Brasileiro a partir de 2004, este obteve um aumento de sua participação na organização do evento.

A mudança de representatividade do estado para a escola, assim como a criação de duas categorias de idade – 12 a 14 e 15 a 17 anos – ocorridas a partir de 2000, representou um ajuste no papel dos jogos, pois remeteram para escola o papel de unidade básica do desenvolvimento do esporte.

Pelas informações colhidas, somos levados à conclusão, de que ao longo dos 41 anos de Jogos Escolares Brasileiros, ocorreu um envolvimento maior da escola nesse processo, possi-

bilizando maior participação dos atletas escolares. Há de se notar, entretanto, que apenas na quarta fase é que se encontrou um formato sustentável para a viabilização dos jogos, com o financiamento da Lei Agnelo/Piva, que tornou esta fase a de maior média de participação de atletas escolares em toda a história dos Jogos Escolares Brasileiros.

O contributo do presente artigo para as políticas públicas do esporte está no levantamento das informações que enfatizaram a importância dos Jogos Escolares Brasileiros para o engajamento do jovem estudante no esporte através da escola.

Apesar do quadro histórico traçado, reconhecemos que ainda são necessárias outras informações para uma análise mais completa. Neste sentido, sugerimos estudos para a determinação do nível técnico dos Jogos Escolares Brasileiros, para o acompanhamento do número de atletas escolares engajados nas fases classificatórias (disputas interescolares, fase municipal e estadual) e também entrevistas com os gestores de esporte que influenciaram o rumo dos Jogos Escolares Brasileiros durante suas quatro fases.

Agradecimentos:

Nada a declarar.

Conflito de Interesses:

Nada a declarar.

Financiamento:

Nada a declarar.

REFERÊNCIAS

- Bento, J.O. (2006). *O Desporto do Sec. XXI: Novos desafios, Novas motivações, modelos e concepções para a prática desportiva*. Oeiras: Edições Câmara Municipal de Oeiras.
- Borges, E.C., & Buonicore, A.C. (2007). *Memórias do esporte educacional brasileiro: Breve história dos Jogos Universitários e Escolares*. São Paulo: CEMJ.
- Bracht, V. (2001). Esporte na escola e esporte de rendimento. *Revista Movimento*, 6(12), 14-19.

- Ferreira, F.F. (1992). *Atletismo Jogos e Campeonatos Escolares Brasileiros. 1980/1990. Dados Estatísticos e Informativos*. Brasília, DF, Brasil.
- Gaya A., Guedes D.P.G., Torres L., Cardoso M., Poletto A., Silva, M.,... Marona D. (2002). Aptidão Física Relacionada à Saúde: Um Estudo Piloto sobre o Perfil de Escolares de 7 a 17 anos da Região Sul do Brasil. *Perfil*, 6(6), 50-60.
- Kirk, D., & Gorely, T. (2000). Challenging thinking about the relationship between school physical education and Sport performance. *European. Physical Education Review*, 6(2), 119-134.
- Marques, A. (2006). *Pedagogia do Desporto: Desporto: ensino e treino*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Ministério da Educação. (1989). *Esporte na Escola: Os XVIII Jogos Escolares Brasileiros como Marco Reflexivo*. Brasília: MEC.
- Pires, G. (2001). Da educação física ao alto rendimento: A coragem de dar um passo no desconhecido. In J.B. Bento, G. Pires, G. Souza, & J.M. Meirim (Eds.), *Da Educação Física ao Alto Rendimento* (pp. 27-72). Madeira: Universidade da Madeira.
- Tani, G. (2004). Esporte, educação física e educação física escolar. In A. Gaya, A. Marques, & G. Tani (Eds.), *Desporto para Crianças e Jovens: Razões e Finalidades* (pp.113- 141). Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Thompson, I., Amaral W.J., Garcia C.A., & Moraes R.M. (2005). Esporte Estudantil Brasileiro. In L. P. Dacosta (Ed.), *Atlas do Esporte no Brasil* (pp. 809-811). Rio de Janeiro: Shape.
- Tubino, M.J. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte- educação*. Maringá: Eduem.